

# **Ibsen nega URP para servidores**

21 MAR 1992

JORNAL DE BRASÍLIA

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, encerrou, definitivamente ontem, as negociações com os dirigentes do Sindicato do Legislativo Federal para viabilizar o pagamento de 26% relativo à URP que os servidores têm direito. A reposição do reajuste referente ao Plano Bresser entre abril e outubro de 88 e de fevereiro a dezembro de 89, teve decisão judicial favorável em primeira instância, mas o parlamentar reafirmou que só aceitará pagar o índice de aumento após a Justiça aprovar o mérito da matéria. Com o encerramento das discussões, o Sindilegis prepara uma greve, a ser decidida na assembléia geral marcada para a próxima terça-feira. O presidente do Senado, Mauro Benevides, pagou apenas 30% do reajuste.

Já os tribunais superiores sujeitos ao mesmo regime salarial do Legislativo efetuaram o pagamento integral a seus servidores. O mesmo ocorreu com o Tribunal de Contas da União, órgão considerado auxiliar do Congresso. Para o presidente do Sindilegis, Mauro Dantas, o deputado Ibsen Pinheiro não está cumprindo a Constituição por não ter decidido administrativamente o recurso imposto pelo sindicato sobre a questão.

Dantas disse que o Sindilegis baseou-se no artigo 8º da Carta, que dá poderes à representação dos funcionários para "defender direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas". O dirigente revelou estar surpreso com a "intolerância" do deputado referente a uma questão de direito adquirido. Ele lembrou que em uma decisão no âmbito da Justiça Federal, a juíza Eliana Calmon considerou a necessidade do pagamento da URP como um ato administrativo, antes de qualquer ação judicial. O argumento da juíza foi a morosidade da Justiça, que poderia prejudicar o direito dos servidores na área do Judiciário.

O senador Maurício Corrêa, líder do PDT, atribuiu como uma grande discriminação as atitudes dos presidentes da Câmara e Senado. O primeiro por não aceitar pagar a URP. O segundo, por parcelar. "Ninguém terá moral para censurar os congressistas porque os juízes já o fizeram", justificou.

## **Recuo**

Corrêa informou que o senador Mauro Benevides havia prometido pagar a URP em janeiro, mas depois recuou, temendo alguma "repercussão negativa" e transformou a concessão em adiantamento do décimo terceiro salário. "Não entendo esta atitude, pois, até hoje, o procurador-geral da República não entrou com nenhuma ação direta de inconstitucionalidade contra todos os tribunais que já pagaram a seus ministros e funcionários".

A explicação do senador Benevides para agir desta forma foi o atraso do presidente Collor em sancionar o Orçamento da União deste ano. O presidente do Congresso disse que vai estudar a sugestão de Corrêa para submeter a decisão ao plenário do Senado, "já que os atos da Mesa Diretora sobre o adiantamento de 30% como décimo terceiro até agora não foram publicados". Isto isenta a Mesa de uma atitude decisória.